

diálogos insurgentes

A mulher Munduruku na luta pela vida e território do seu povo: entrevista com Maria Leusa Munduruku

La mujer Munduruku en la lucha por la vida y territorio de su pueblo: entrevista con Maria Leusa Munduruku

The Munduruku woman in the struggle for the life and territory of her people: interview with Maria Leusa Munduruku

Maria Leusa Munduruku¹

¹ Associação de Mulheres Wakoborun, Jacareacanga, Pará, Brasil. E-mail: wakoborun@gmail.com.

Inara Flora Cipriano Firmino²

² Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: inara.firmino@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3745-8985>.

Rodrigo Portela Gomes³

³ Universidade Federal da Paraíba, Departamento de Ciências Jurídicas, João Pessoa, Paraíba, Brasil. E-mail: rodrigo.portela@academico.ufpb.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5179-6024>.

Submetido em 22/01/2024

Aceito em 25/01/2024

Como citar este trabalho

MUNDURUKU, Maria Leusa; FIRMINO, Inara Flora Cipriano; PORTELA GOMES, Rodrigo. A mulher Munduruku na luta pela vida e território do seu povo: entrevista com Maria Leusa Munduruku. Entrevista concedida a Inara Flora Cipriano Firmino e Rodrigo Portela Gomes. *InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais*, Brasília, v. 10, n. 1, p. 23-39, jan./jun. 2024.

insurgência

InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais | v. 10 | n. 1 | jan./jun. 2024 | Brasília | PPGDH/UnB | IPDMS
ISSN 2447-6684



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons 4.0.
Este trabajo es licenciado bajo una Licencia Creative Commons 4.0.
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0.

A mulher Munduruku na luta pela vida e território do seu povo: entrevista com Maria Leusa Munduruku¹

“Mulher atual é a mulher Munduruku que luta pela vida”²

No entardecer do dia e nas proximidades do rio Tapajós, ocorria mais uma etapa da Escola de Formação em Direito no Tapajós³, que reunia representantes de várias comunidades tradicionais, povos indígenas, movimentos sociais e organizações da sociedade civil da região. Na oportunidade, e com o apoio remoto, entrevistamos Maria Leusa Munduruku, liderança do povo Munduruku para registro memorial da sua trajetória na luta por direitos, os impactos da educação para sua atuação política e os desafios da resistência das mulheres.

O itinerário da conversa não segue uma linha do tempo reta que demarque ponto a ponto os 36 anos de vida, luta e resistência. Esses dois últimos foram recursos da língua portuguesa repetidamente mobilizados por Maria Leusa para traduzir sua experiência. A linearidade como recurso da narrativa colonial é contraposta por Leusa, sendo uma forma de fazer, criar e viver comum ao seu povo e de outras comunidades tradicionais. Conduz o tempo e os principais marcos de sua narrativa sobre a organização política das mulheres Munduruku, desde as histórias orais dos seus antepassados contadas e repassadas de geração em geração, até os recentes agenciamentos do povo Munduruku, que testemunhou e, mais recentemente, tem liderado na região, mas, também, no cenário nacional e internacional.

Outra característica da sua entrevista são os contínuos processos de deslocamento que tem vivenciado, sendo revelador dos recursos coloniais mais contemporâneos

¹ Entrevista realizada presencialmente em Itaituba/PA e por videochamada, no dia 24 de novembro de 2023, por meio da plataforma *Teams*. Duração: 45 minutos.

² História oral do povo Munduruku. Extraído de artigo intitulado “La vida de una mujer munduruku en la defensa de su pueblo y del territorio”, autoria de Maria Leusa para a Revista *Bajo el Vólcan* (Munduruku, 2021, p. 207).

³ A iniciativa é promovida pela Comissão Pastoral da Terra (Itaituba/PA) e a Rede Liberdade, conta com o apoio do Coletivo de Assessoria Jurídica em Direitos Humanos Maparajuba, tem o objetivo de contribuir com a formação jurídica de lideranças da região do Médio-Alto Tapajós na defesa dos seus interesses, direitos e territórios.

de desterritorialização, especialmente as invasões para desenvolvimentos de atividades econômicas ilegais, a exemplo de garimpos e madeireiras. Junto destas invasões, além dos danos físico-ambientais, ações violentas produzem impactos morais, políticos e culturais nos territórios. Maria Leusa é uma das lideranças Munduruku que vem enfrentando esta violência no próprio corpo. Enquanto defensora de direitos humanos ameaçada de morte⁴, mobiliza os saberes do seu povo para contrapor o terror e o medo. Buscamos na explicação dos significados do urucum na tradição Munduruku – pintar os rostos como uma forma de fortalecer e permanecer ligado às tradições – apresentada na mensagem final de Maria Leusa, uma convocação à sociedade civil na defesa dos territórios e dos povos originários como uma luta comum a todas as vidas.

Optamos pela reprodução quase literal do conteúdo da entrevista, nesse sentido foram feitos apenas ajustes gramaticais em algumas passagens para assegurar a experiência do diálogo e valorizar a dimensão da oralidade reivindicada na tradição dos povos originários.

Dossiê Direito e Relações Raciais: Boa tarde, Maria Leusa, sou Rodrigo. Esta que está acompanhando a gente é a Inara. Nós queríamos agradecer, primeiro, pela oportunidade de fazer essa conversa e pedir autorização para fazer a gravação e ter esse registro para publicação no Dossiê Direito e Relações Raciais, da Revista InSURgência.

Maria Leusa Munduruku: Boa tarde, meu nome é Maria Leusa Munduruku, atualmente sou coordenadora da Associação das Mulheres Munduruku - Wakoborũn, situado no município de Jacareacanga (PA) e sou estudante também na UFOPA, estou cursando direito, primeiro período. E autorizo usar a minha imagem na entrevista, minha fala, que pode ser usada para educação. Para passar e compartilhar as experiências para as nossas futuras gerações.

Dossiê Direito e Relações Raciais: Maravilha, Maria Leusa! Eu vou começar pedindo para você falar um pouco sobre a sua história. Você já falou um pouco no seu nome sobre a sua história, porque o seu nome carrega a sua história, mas queria que você falasse da sua vida a partir do seu território, a partir da sua

⁴ Ameaçada a anos por garimpeiros a liderança narra os impactos dessa violência na sua vida quando do ataque à sede da Associação das Mulheres. Disponível em: <https://apublica.org/2021/04/maria-leusa-munduruku-sobre-garimpo-ilegal-estamos-em-um-estado-muito-grave-de-ameacas-fisicas/>. Acesso em: 14 jan. 2024.

experiência e, principalmente, como a história de Maria Leusa tem relação com a história do seu povo.

Maria Leusa Munduruku: Hum...Tá! Como eu falei, eu sou Maria Leusa, sou liderança feminina. Primeira liderança Munduruku e venho participando, principalmente, no movimento na defesa do território e dos direitos. E eu venho dessa luta. Somando o povo Munduruku dá mais de 14.000. É ... o alto e o médio Tapajós, em 7 territórios: Sawré Muybu, Sawre Ba'pim, Mundurucu, Sai-Cinza, Apiaká-Kayabi e outros territórios que estão no processo de reconhecimento, como Sawré Apompu e demais territórios. Então, a gente, principalmente eu, atuo nesses territórios.

Atualmente sou coordenadora da Associação, que é meu papel de liderança ainda, mesmo que a distância na universidade, ainda consigo fazer o trabalho a distância. Eu consigo participar das atividades, participar do movimento, participar das formações da aldeia. E hoje, o nosso papel de liderança, como nós mulheres principalmente, atualmente estão na frente dessa luta e ainda depois de mim surgiram mais mulheres. A gente vem fazendo algumas formações, então, conseguimos trazer várias mulheres. Hoje, a gente tem uma organização de mulheres que tem mais de 200. Tivemos as oficinas, tivemos assembleia das mulheres, que já foi realizada duas (02) vezes, e a gente continua fazendo essas formações.

Então, a gente está nessa luta pela defesa do nosso território, principalmente eu, como me dediquei muito, a gente vai tomar à frente dessa luta como mãe, como defensora. Hoje, atualmente, vivo é... vivo nisso, na luta, porque meu povo depende de mim, que eu estudo as coisas, eu tenho que estar presente, participando dos encontros, de reuniões, e demais formações. Então, hoje sou mãe, que eu tenho os filhos também. Tive que ir para a universidade também depois de sofrer vários ataques, pois eu sou ameaçada também por estar nessa luta, por estar incentivando, por estar líder na defesa do nosso território tomando à frente.

Então, hoje a gente já sofreu vários ataques, principalmente, nós mulheres sofremos muito a violência contra nós. Fomos atacadas, mas a gente não desistiu.



Hoje estou aqui. Continuo colaborando, contribuindo nessa luta do nosso povo Munduruku pelo território, pelo direito e as demais coisas... aquelas formações dos nossos jovens que a gente está fazendo. Então, hoje é o nosso papel de estar na luta, que é a nossa obrigação, não é, de cuidar do nosso território, cuidar do nosso povo Munduruku.

Dossiê Direito e Relações Raciais: Deixa eu te perguntar uma coisa... já que você falou um pouco sobre a sua trajetória, eu estava lendo um pouco mais sobre a sua vida, e tem uma entrevista que fala que você nasceu em 1988.

Maria Leusa Munduruku: 87!

Dossiê Direito e Relações Raciais: 87? Ah, entendi. Então você nasceu perto da constituinte? Se você pudesse falar um pouco de como era antes desse, tipo assim, o que era Maria Leusa antes dessa experiência de virar a liderança que ela é, denunciando o garimpo, porque você virou essa liderança. E se essa Maria Leusa que existia antes, ela ainda existe? Como é que é essa vida da Maria Leusa?

Maria Leusa Munduruku: É antigamente... eu nasci na Aldeia Missão São Francisco (Cururu), na região do alto Tapajós. A primeira aldeia que foi fundada do Munduruku quando desceram dos campos, na missão São Francisco. Depois a gente foi migrando para as outras regiões. Aí depois a gente foi morar na região do Rio das Tropas, onde atualmente é mais invadido. A gente foi crescendo na visão... desde 10 anos entrei na escola, a primeira escola que teve na região do Rio das Tropas, Escola Borõ Muyatpu, que é dentro da Aldeia Caroçal, onde eu comecei a estudar e eu já tinha quase 10 anos, 12 anos... por aí.

Aí quando eu comecei, a gente tinha muita, assim, era muita dificuldade no acesso à educação. Por conta mesmo que não tinha essas condições de chegar uma escola dentro das aldeias. Só que depois a gente foi, principalmente eu fui estudando e comecei a participar de reuniões, encontros dentro da comunidade e eu fui aprendendo. E depois, participei de assembleia... a primeira assembleia que participei foi na Aldeia Katon e em seguida eu comecei a participar dessas coisas e o pessoal falava que eu era muito inteligente e curiosa de perguntar, de participar das coisas. Então, eu aprendi a andar com as lideranças, participar dos eventos e, depois, comecei a estudar. Aí comecei a estudar, terminei meu ensino fundamental. E a gente já vem sofrendo esses conflitos internos por conta de garimpo. Eu sofro desde 10 anos, porque a invasão era muito tempo, só que não era invasão igual é hoje. Eu já sofria isso. Eu já dizia que meus pais sempre foram contra as invasões dentro do território. Tivemos conflitos nas aldeias por conta disso, porque sempre existia uma divisão dentro da aldeia, uns que eram

favoráveis, uns que não. Então, sempre era assim. Depois eu fui estudar, fui parar em Jacareacanga também e terminei meu ensino fundamental.

Depois de lá, eu fui estudar dentro do projeto de Ibaorebu⁵, que é o projeto de acordo com a nossa realidade... tinha mais de 250 alunos Munduruku de três áreas. Técnico de enfermagem, magistério e agroecologia. Era financiado pela FUNAI, mas era pela organização. Então, a gente fez essa formação durante oito anos e de lá que a gente vem discutindo muito, ouvindo muito os nossos sábios falarem como era o nosso direito; o porquê as mulheres não participam da luta, mas já existia uma mulher que participava da luta, como hoje a gente se inspira na Wakoburun, que era uma grande guerreira que fez justiça pela morte do seu irmão - que é a irmã de grande artesão, a Wakoburun.

A gente ouviu muito e ouviu muito, também, o que é o direito garantido na Constituição e como o Estado nos trata também, principalmente naqueles momentos... A gente achou que estava num momento muito certo. A gente discutiu todo o direito, todas as violações do direito naquela formação de Ibaorebu que tivemos. Então, tivemos mais de 100 mulheres nessa formação, e resto eram os homens. Então, aprendemos junto lá com as nossas histórias, com as histórias dos nossos antepassados. E a gente foi criando essa liderança ali e depois eu assumi um cargo de conselho fiscal, dentro da comunidade, na saúde. Depois do Ibaorebu, como eu estava fazendo o magistério, me convidaram e eu fui contratada para ser a professora para dar aula dentro da comunidade. Trabalhei durante três anos, que eu já tinha mais de 18 a 20 anos por aí. Então entrei nessa luta.

Depois, teve conflito interno e eu tive que sair da aldeia onde eu morava antes, porque teve uma invasão e teve conflito interno. Então, de lá eu saí e entrei dentro do movimento, em 2012. A gente começou a fazer os movimentos. Comecei a participar, principalmente, porque tivemos o assassinato do nosso parente, o Lelo Akay, assassinado pelos garimpeiros que estavam invadindo o nosso território. Tivemos revolta com a queima da delegacia e eu comecei a participar junto com os homens. Era a única mulher que estava participando. Então, depois, eu achei mais uma amiga minha, convidei uma mulher para ir comigo. Ela participou dessas ações também. Tivemos que queimar delegacia por revolta e paramos até em Belém cobrando o governador pela justiça, pelas responsabilidades da polícia

⁵ Projeto de Formação Integral Munduruku, iniciativa coordenada pela FUNAI e os próprios Munduruku. Disponível em: <https://acervo.racismoambiental.net.br/2014/06/09/projeto-ibaorebu-uma-experiencia-de-afirmacao-da-identidade-e-autonomia-do-povo-munduruku/>. Acesso em: 14 jan. 2024.

dentro do município, em Jacareacanga, e exigindo a justiça pela morte do Lelo Akay, que foi morto pelos garimpeiros.

E, também, a gente vê... eu vim aprendendo junto com os homens. Ai de lá, tivemos outras mortes também, a operação⁶ que era contra o garimpo dentro do TI Kayabi, naquele momento ainda eu estava sozinha e eu comecei a mobilizar as mulheres. Aí eu falei: não, a gente está vendo o sofrimento de uma mulher por conta do esposo que tinha perdido e a gente viu as crianças chorar naquele momento, quando era o Adenílson Krixí que foi assassinado pela operação da polícia federal naquela região. Então, aí eu comecei mesmo e já tinha dois filhos. Já como professora eu comecei a entrar nesse movimento de participar. Aí a gente começou.... Eu tive que conversar com a minha família, com meus pais e com meus tios que estavam dentro do movimento, e eu tinha que pedir autorização, porque para nós Munduruku não é normal mulher sair, largar tua família e ir para o movimento. Então, foi uma coisa que meus pais, naquele momento, me apoiaram, porque a gente estava vendo que a gente estava sofrendo e vendo a família do Adenílson triste e sofrendo.

A gente saiu e começamos a fazer mobilização nas aldeias, começamos a fazer ocupação de Belo Monte. Principalmente, foi uma ocupação grande que a gente fez em Belo Monte, saímos do território, fomos para o Xingu para ocupar Belo Monte, em 2013. E naquele momento a gente começou isso. Então, depois é uma história bem longa.... tivemos essa ocupação, fomos para Brasília exigindo sempre por nosso direito e o nosso direito estava sendo violado, que estava sendo violentado, e a gente sempre exigiu.

Depois, a gente voltou para o território. Os homens coordenavam o movimento e depois eles falaram: “agora é hora de as mulheres assumirem”. Aí eu fui a primeira mulher que assumiu para coordenar o Movimento Ipereğ Ayũ. Aí eu coordenei durante três anos o Movimento Ipereğ Ayũ, estive participando de várias ações, de autodemarcação no médio Tapajós, fazendo formação de mais mulheres de oficina. Então, foi uma coisa que eu fui chamando as mulheres, porque as mulheres têm que estar na luta. E eu tinha percebido que os nossos caciques estavam enfraquecendo naquele momento. Era um momento de invasão bem grande, tanto invasão de garimpo, tanto invasão pelo Estado querendo obrigar a gente a aceitar

⁶ Operação Eldorado, realizada em novembro de 2012 pela Polícia Federal. Disponível em: <https://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2012/11/operacao-da-pf-prende-16-presos-por-extracao-ilegal-de-ouro-em-7-estados.html>. Acesso em: 14 jan. 2024.

a construção das hidrelétricas no nosso Rio Tapajós... foi um momento bem assim muito ruim e, também, ao mesmo tempo, a gente conseguiu se organizar.

Com essas invasões aumentando, vieram muitas mulheres nesse movimento, pois tivemos ataques de vários, de todos os lados, tanto pelas próprias autoridades do município de Jacareacanga. Eu tive também a minha casa depredada, a perna do meu irmão foi queimada por rojões.... Aí a gente tinha uma casa de apoio. Então, isso aconteceu e aí depois a gente fez uma mobilização com os movimentos sociais para tirar o governo municipal que estava lá. Aí logo depois a gente ganhou. A gente colocou, pensando que era uma solução, mas, na verdade, não foi uma solução, que é uma coisa que a gente não deveria ter aceitado e estar no cargo do poder público. Aí foi indicado, principalmente eu tive que assumir a Secretaria de assuntos indígenas, fui a secretária durante dois anos de mandato do prefeito e eu senti que eu estava sendo presa. E saiu muita fofoca de que eu estava fazendo desvio e, na verdade, não era. Eles não aceitavam eu estar em um cargo na Secretaria e participar de movimento. Eles tentavam me obrigar a sentar e falei não! Eu tive que largar o cargo. Então, a gente falou não. Depois fizemos vários intercâmbios, tivemos que sair do território fora do país para o México. Quando a gente retornou, a gente começou mais a se organizar. Daí que a Alessandra veio, eu tive a primeira viagem. Conheci a Alessandra Munduruku, convidei ela e como a gente não tinha a presença das mulheres, nenhuma mulher no médio. Ela foi a primeira mulher no médio também, e aí a gente entrou na luta, até hoje. A gente começou a se organizar com a criação da associação de mulheres, porque estava sendo muito difícil para gente mesmo. A invasão parlamentar, a violência estava aumentando, mas nós também conseguimos nos organizar. Criamos a nossa associação de mulheres aí dali a gente vê como uma estratégia nossa. Então, daí a gente vê.

Eu comecei a fazer esses movimentos, participando desses movimentos... e eu era só assessora da associação. Eu só fui assessora. Entrei na assessoria política da associação de mulheres e minha irmã teve que assumir, que era a minha irmã logo depois de mim e ela era coordenadora da associação. Então, foi isso. A gente criou para fortalecer mais o movimento. Para que o movimento pudesse fazer suas ações próprias, com o seu recurso próprio.... é aquele guarda-chuva para o Movimento Ipereğ Ayũ. Aí, quando eu saí, Ana Poxo, mais uma mulher assumiu. Até hoje ela ainda está na coordenação, assumiu um Movimento Ipereğ Ayũ. Eu não quis entregar o movimento nas mãos dos homens. Falei que era a vez dos homens, mas a gente sofreu muitas perseguições, discriminação por ser mulher, é... tudo isso.

Tínhamos homens, os próprios Munduruku que nós ía tomar, nós ía exterminar os homens. Aí a gente falou, não! A gente não está aqui para exterminar, a gente está

aqui para salvar, para ajudar e para lutar junto com os homens. A gente não é maior do que os homens e nem menos do que os homens! Somos iguais! Então, a balança vai ser igual. A gente vai lutar pelo nosso território, pelo nosso direito, mas a gente não aceita que vocês negocia, porque naquele momento estava o processo de construção da hidrelétrica de Teles Pires e de São Manoel, onde a gente sofreu muito e até hoje sofre pelos impactos. Naquele momento, o governo chegava com seu discurso, dizia que a gente tinha que negociar, tinha que aceitar as compensações para melhorar a saúde, a educação ou ganhar benefícios sociais em troca de embarcação... Ou teria que ter um prédio novo para a educação e algumas pessoas Munduruku aceitava. E a gente sempre dizia não! O nosso direito não se negocia e não podemos trocar a vida dos nossos filhos!

Então, já veio várias mulheres. Então, começou depois da assembleia que a gente fez em 2017... não... depois de 2018, depois da criação da associação aí tivemos várias mulheres. Dentro da associação viemos fazer formações, vieram mulheres de várias regiões, pois temos cinco lá no alto: região de Teles Pires, Cabitutu, Cururu, região do Rio das Tropas... Em cada região vem a mulher para compor a coordenação da associação de mulheres. Então, dali a gente vem fazendo os projetos próprios, fazendo o monitoramento dentro do território, a fiscalização, fazer a capacitação das mulheres e de jovens. Hoje, eles falam “não... é isso que tem que fazer”, porque a associação de mulheres, atualmente, ela vira uma mãe, somos a mãe para o nosso povo, porque eles dependem muito da gente. Eles dependem muito das orientações das mulheres. A ideia de compartilhar, como seria, se daria para aceitar ou não... então, a gente sempre está ali dizendo “não! A gente não negocia! A gente tem que exigir do governo, porque é a obrigação dele e não trocamos os nossos direitos e a vida dos nossos filhos em troca de qualquer empreendimento”. A gente tem essa visão, não é?

E hoje, atualmente, vem a Ediene, da região de Teles Pires, as mulheres que ela é assessora política da associação de mulheres, que também está bem na frente me ajudando. Enquanto eu estou na universidade, tem um grupo de mulheres muito forte dentro da organização das mulheres e, por isso, eu consigo sair um pouco do território. E eu tive que usar essa estratégia também. Eu nunca pensei de estudar e sair do meu território, mas eu fui obrigada, porque eu estava sofrendo as ameaças e a gente sofreu a violência, porque a minha aldeia foi atacada, foi queimada e a gente denunciou as pessoas envolvidas, mas não fizeram nada. Então, por isso, a minha revolta de estar na universidade hoje fazendo direito. Então, hoje eu estou lá tentando, mas a gente tem essa luta grande. Agora tem que estar na universidade, tem que estar na formação, tem que ir para o território nessa luta.

Dossiê Direito e Relações Raciais: Eu tenho mais 2 perguntas e depois eu passo para a Inara. Uma das perguntas que a gente tinha elaborado era se você tinha visto muitas mulheres antes de você, e aí você citou uma guerreira. Se você puder contar um pouco mais sobre quem é essa guerreira, falar o nome dela, se você conviveu com ela, ou se você ouvia falar dela... O que você lembra dessa guerreira?

Maria Leusa Munduruku: A gente ouviu a história. A história dos nossos antepassados. Antes de mim, era uma história... A história do nosso povo Munduruku. Wakoburun era uma guerreira, uma mulher. A irmã de um artesão, que é o Wakorempu, que era um grande artesão que ia para as aldeias. O único artesão que Munduruku tinha. Aí, o Wakorempu passava de mês em mês nas aldeias fazendo arte para os Munduruku! Aí um dia aconteceu o acidente. Tinha uma criança que não obedecia a ele. A criança desobedeceu no quartel dos homens, então, ele teve que brigar com esse menino e acabou jogando a lenha bem na cabeça do menino, da criança, que acabou falecendo. Aí, foi isso... teve a revolta dos pais da criança que mataram a Wakorempu. A irmã dele não sabia o que tinha acontecido. Depois de um mês ela sentiu a falta dele, porque de um mês e um mês ele voltava para casa dele, quando ele andava nas aldeias fazendo artesanato, as várias artes que ele fazia, porque ele era o único artesão. Aí um dia ela não sabia, ela chorava, querendo saber onde que o irmão dela estava.

Então, depois alguém contou, um sábio contou para ela... “olha, mataram o seu irmão, tiraram a cabeça dele e guardaram no quartel dos homens”. Aí ela começou a chorar, e ninguém queria ajudar ela a fazer a justiça pela morte do irmão dela. Aí ela falou... “agora eu vou, eu vou! Quem quiser me seguir”. Aí ela... acho que foi com quatro guerreiros: Pukarao Pik Pik, Surup Surup, Pusuru Kao, Waremu Pak Pak, e ela. Então, eram cinco guerreiros, até hoje a gente se espelha nesse grupo de guerreiros. A gente vem ouvindo muito isso, o que nos dá força, nos inspira como ela era uma mulher que buscou essa cabeça. Então, ela falou assim... “eu vou pegar”... ela não fez nada, ela só fez mesmo dominar. Não matou ninguém para resgatar essa cabeça. Aí ela falou e escolheu esses quatro guerreiros que seguiram ela. Aí ela foi cantando, cantava, cantava, cantava até que dominou.

Quando chegou lá, já está todo mundo dormindo no quartel dos homens e ela conseguiu resgatar essa cabeça. Quando começou, ela bateu em alguma coisa, ouviram o barulho e acordaram, mas ela já tinha fugido com a cabeça do irmão dela. Aí depois os homens começaram a se matar, porque os guerreiros que ela tinha escolhido para proteger ela, eles tiveram que proteger ela enquanto ela corre. Então, isso aconteceu. E dali os homens tiraram “o grupo das mulheres vão criar guerra”. Aí a gente dizia que não, não era isso. Isso é uma história de muitos antigos. A gente não viu ela. Era uma história dos nossos antepassados que sempre

conta para nós. Então, é isso. Ai hoje a gente se inspira nela. Que nós que temos que fazer justiça. Tudo o que a gente vem vivendo depois dessa luta que a gente tem. E tá dando certo. As mulheres estão se fortalecendo e estão aí fazendo o papel de mãe, apoio de defensora de lei e, hoje, Wakoburun é uma guerreira mesmo. Porque, antigamente, a cabeça era um troféu para uma Munduruku, então, ninguém pegava aquele troféu que estava ali dentro do quartel dos homens, que é como chamava. Então é isso!

Dossiê Direito e Relações Raciais: Outra coisa a gente queria ouvir você falar, porque você falou várias vezes, na verdade, queríamos ouvir você compartilhando um pouco mais sobre um ponto importante que foi fazer a escola quando você tinha 10 anos. Aí depois você falou que fez parte daquele projeto de formação depois que você fez o ensino fundamental, você fez magistério e, que depois que você passou a ser uma liderança e perceber a importância das mulheres, você também apostou na formação de outras mulheres e você, também, agora, entra no Direito. Então, em vários momentos que você foi colocando como parte da sua trajetória, você foi destacando a educação como um momento, seja a educação formal da escola, mas, também, a educação pelos conhecimentos dos costumes, dos saberes dos territórios. E aí, eu queria que você compartilhasse qual é sua percepção sobre a importância da educação na luta por direitos. Como é que você enxerga isso? Porque a sua trajetória revela isso em vários momentos a educação como um ponto importante para você e como ela se relaciona com a luta por direito.

Maria Leusa Munduruku: Sim... se hoje a gente faz muito, falar muito, primeiro da educação Munduruku, a gente fala que não é o pariwat⁷ que vai trazer para os nossos filhos. É nós que temos que ensinar os nossos filhos na educação Munduruku de respeitar primeiro o seu território. O próprio seu território, que é a nossa mãe, que são o nosso local sagrado. A gente pede muito. Depois a gente tem essas escolas nas comunidades também. Atualmente a gente tem essa formação.

Então, isso é uma formação que a gente faz dando e repassando essas informações. Continuar repassando esse historicamente quem somos o povo Munduruku. Como educar? Quais são os educação Munduruku? Qual é a educação pariwat que a gente tem? Hoje é, infelizmente, a gente tem que aprender esses dois, tanta educação Munduruku, quanto a educação pariwat na escola, estudando, aprender a segunda língua portuguesa, porque a gente precisa também aprender para nós

⁷ Para os munduruku pariwat é o homem branco mal, mas também é usado para todos os não-indígenas (Munduruku, 2021, p. 210)

se defender. Principalmente, nós temos que defender o nosso povo e alguns Munduruku, que já estão se formando em várias áreas para ser professor, para ser pedagogo, para ser técnico de enfermagem, para trabalhar... têm mulheres envolvida nisso também, porque até as mulheres já estão enfermeira, ou estão ali como agente de saúde, cuidando da saúde. Têm mulheres como pedagogas, professoras. E têm mulheres que já terminaram alguns cursos e outras que estão fazendo ainda, como a Alessandra, mas, atualmente, acho que têm mais de dez mulheres Munduruku na universidade em Santarém.... É mais de 10, por aí, a maioria são os homens. Sempre são a maioria os homens. Sempre nós somos a minoria que está ali.

Então, a gente vem fazendo essas formações. É importante os dois e hoje a gente vem fazendo essas formações de Direito. Porque o Direito a gente tem que saber também. Isso para nós se defender mesmo, defender o nosso povo, nosso território, porque se a gente não aprender e o pariwat do jeito que eles querem, eles sempre vão querer decidir por nós. Então, nós temos que saber mostrar também a nossa capacidade, o que somos capazes também de construir, de realizar. Então, a gente tem que mostrar essa força também. E tem que ter essa educação Munduruku sempre também. Então, sem educação Munduruku, também, a gente não ia chegar onde a gente tá. É... a gente tá num segundo, formação para nós essas coisas de cultura pariwat. Então é isso.

Dossiê Direito e Relações Raciais: O que eu queria perguntar para a senhora é justamente pegando esse finalzinho da sua fala que a senhora traz a importância do aprender português. De falar a língua portuguesa e do ingresso nas universidades e, principalmente, no direito, como também um espaço de luta e de enfrentamento às violações de direito, às violações a vida dos Munduruku, toda essa perseguição, e a questão do garimpo. Eu queria que a senhora falasse um pouquinho mais sobre como a senhora observa esse cenário de resistência e de luta por efetivação de direitos, também por garantia de memória e de vida dos povos indígenas, a partir do direito. A partir do ingresso na universidade, a partir do conhecimento processual, do conhecimento de como funcionam as instituições. Como isso tem possibilitado a luta de vocês?

Maria Leusa Munduruku: Hoje a gente ainda não tenha divulgado o Munduruku. São todos... Eu acho que hoje o Munduruku tem... deixa eu ver, eu acho que tem mais de 20 Munduruku cursando direito. Mulheres e homens. Mulheres são bem... eu acho que de mulheres, a gente só tem duas mulheres, eu acho, Munduruku do Alto-Tapajós, eu e a Alessandra cursando. O resto são homens. Então, isso é muito importante pra gente, porque a gente quer participar desse processo. Sabemos que

eu acho que isso é uma luta que a gente quer, e a gente torcendo que a gente consiga também... é difícil, é muito difícil a gente entender esse processo.

Principalmente esse processo de judicial, processo dessas coisas. É um processo muito difícil, que a gente demora a entender o que é, mas a gente está enfrentando. Sabemos que... não sabemos, porque, mas a gente vai aprendendo com outros colegas e com os professores dentro da universidade. Então, hoje, para nós, a gente fica muito feliz por estar discutindo o direito que foi conquistado pelos nossos antepassados. Mesmo que os nossos antepassados não sabiam de cada código civil, ainda mais código que está na lei, mas ele sempre exigiu. Eu acho que era uma... Eles não sabiam como ia ser lei, mas eles sempre exigiram esse direito que a gente tem, direitos territoriais, direito à educação, direito à saúde, e direito de estar ali estudando na universidade.

Então, isso nós fortalecemos, porque mesmo que a gente não sabe como a gente vai ser e como vai ser o processo de ensino dentro de uma sala longe da aldeia ainda, apesar de um clima muito diferente, nós saindo do nosso território, chegar numa cidade e não saber como conviver, mas a gente aprende tudo isso. É difícil sair do seu território e depois entrar numa universidade que está ali. Sabemos que nenhuma universidade está preparada para receber os indígenas, mas eu acho que a gente tem muita força. E muita vontade, também, para enfrentar tudo isso dentro da universidade. Mas, a gente vê que não é só nós, que a gente já vê também outros exemplos, como os nossos parentes já cursaram universidade! Já sofreram também, principalmente, a gente sempre fala do Eloy Terena que está ali, que participou de várias contestações pela demarcação do território contra o marco temporal. A gente se inspira neles também. E tem uns quilombolas, os advogados, então, a gente fala que a gente não está sozinho. A gente tem que estar ali e aprender para estar ali para somar essa força, principalmente nessa questão jurídica, que a gente não entende nada, que não entende nada com a cultura pariwat com a cultura Munduruku. Então, mas a gente está aprendendo devagar. Acredito que a gente vai conseguir, porque já tivemos várias vitórias, tivemos vários desafios de conseguir chegar. E por que que a gente não vai conseguir agora? Mas a gente está aqui na luta. E mesmo que a gente não sabe, a gente vai aprendendo os poucos.

Dossiê Direito e Relações Raciais: Uma coisa, também, que eu fiquei pensando enquanto a senhora falava sobre essa necessidade de vocês precisarem sair desse espaço, como a senhora falou, as mulheres não podem se afastar do território, mas a senhora se viu obrigada a sair para começar a estudar e ir para a universidade fazer Direito para a construção de defesa, para a defesa do seu território e do seu povo. Eu queria que a senhora falasse um pouquinho como é o acesso à justiça, no

sentido das instituições chegarem até vocês? Então a Defensoria Pública, o Ministério Público, como isso funciona?

Maria Leusa Munduruku: É... aqui onde a gente está, a gente sempre faz muita denúncia ao Ministério Público, através das nossas associações, principalmente, de organização das mulheres. Hoje, a gente tem os nossos assessores jurídicos próprio trabalhando para nós e a gente faz essa denúncia, a gente faz fiscalização. Então, a associação é uma fiscalizadora de tudo o que está acontecendo. Toda a violação que está acontecendo dentro do território a gente faz essa denúncia para o Ministério Público, ou então para a ONU, porque o Estado que está violando o nosso direito. A gente fez muita denúncia por conta... no tempo da pandemia. E a gente fez muito, por conta da invasão, para a ONU, denunciando o Estado brasileiro por estar violando o nosso direito. Então, a gente pede muito essa denúncia, a gente faz através das nossas organizações. A gente faz a assembleia primeiro. E depois faz uma denúncia coletiva. Então, é isso que a gente sempre faz.

Dossiê Direito e Relações Raciais: Maravilha! Então, para fechar, vou fazer aqui uma pergunta, porque hoje você pintou meu rosto duas vezes de urucum. Então, primeiro você vai dizer, se for possível falar, por que você pintou nossos rostos de urucum e o que isso significa para o povo Munduruku?

Maria Leusa Munduruku: Isso é uma cultura. Todos os eventos a gente tem, essa pintura de urucum é para fortalecer, para ter essa energia. O urucum é uma coisa que a gente usa nas brincadeiras e para fortalecer também durante as assembleias, encontros, a gente usa muito ela. Não pode lavar o rosto, aí já passa de novo. Tem que passar de novo. Então, ela traz uma força para nós como nossas antepassadas falavam que tem que usar, não pode esquecer dessas brincadeiras tradicionais.

Dossiê Direito e Relações Raciais: E a gente queria te agradecer pela oportunidade de fazer a entrevista. Quando a gente transcrever, a gente, te mandamos para você ler, avaliar e decidir se quer acrescentar, tirar alguma coisa. Fica o compromisso da nossa entrevista ser uma publicação sua, assinada por você na revista. E que você, também nessa relação de confiança, tem em nós, parceiras para as demandas dos Munduruku. Acho que é sempre importante. E aqui eu estou falando não como o professor da escola. Estou falando como o pesquisador e quem já foi advogado popular. Sempre quando a universidade chega nos territórios, a universidade precisa se colocar à disposição para somar, para ajudar, então, já estou aqui na escola, já faço essa função, mas como Rodrigo e como Inara, a gente se coloca à disposição para colaborar da forma que a gente puder para a luta do povo Munduruku, para sua luta, e, inclusive, a luta na universidade, mas

as outras lutas, enfim, uma forma de agradecer e de retribuir a confiança também que você deu para o projeto.

Maria Leusa Munduruku: Eu que agradeço também você e Inara, muito prazer... de longe, mas eu que agradeço por oferecer essa oportunidade, porque é muito difícil a gente ter esse espaço, de estar ali falando da luta, de compartilhar para o mundo vê. Para outras pessoas, receber a transmissão dessas mensagens que a gente tem. Então só tenho que agradecer.

Referências

MUNDURUKU, Maria Leusa. La vida de una mujer munduruku en la defensa de su pueblo y del territorio. *Revista Bajo el Vólcan del Posgrado De Sociología*, Benemérita Universidad Autónoma de Puebla (BUAP), ano 2, n. 3, p. 207-237, 2021.

Sobre a entrevistada e os entrevistadores/as

Maria Leusa Munduruku

Liderança do povo Munduruku, do estado do Pará, no município de Jacareacanga. Tem 36 anos de idade, nasceu na aldeia Missão Cururu, no alto rio Tapajós, na Terra Indígena Munduruku. Mãe de cinco filhos e dois netos. Guerreira e defensora do território e da vida do povo Munduruku. Atualmente, coordenadora da Associação de Mulheres Wakoborun.

Inara Flora Cipriano Firmino

Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), na área de concentração em Teoria do Estado e Direito Constitucional, na Linha de Pesquisa Direitos Humanos, Democracia e Ordem Internacional. Pesquisadora do Núcleo de Justiça Racial e Direito da FGV- Direito SP. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Mestra em Ciências (área de concentração: Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito) pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da FDRP/USP, sendo bolsista CAPES.

Rodrigo Portela Gomes

Professor Adjunto da Universidade Federal da Paraíba, lotado no Departamento de Ciências Jurídicas. Doutor em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília (UnB) com período de visita técnica na Universidad Nacional de Colombia, financiado pela FAP/DF. Mestre em Direito, Estado e Constituição pela UnB.

A fotografia que ilustra a entrevista é de autoria de Marizilda Cruppe (arquivo Amazonia Real).